



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

24/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Maioria dos reajustes salariais ainda perde da inflação em janeiro, diz Dieese

No primeiro mês do ano, a maior parcela de reajustes salariais analisados pelo Dieese ficou abaixo da inflação. Apesar disso, segundo o instituto, que faz monitoramento mensal dos dados, os resultados são “significativamente melhores” se comparados com igual período de 2021. Contudo, a inflação segue sendo um desafio para as negociações.

Assim, em janeiro, 35% de 324 reajustes tiveram aumento real, ou seja, acima da variação acumulada do INPC-IBGE. E 42% ficaram abaixo “do valor necessário para a recomposição do poder de compra dos salários”, diz o Dieese, enquanto os demais 23% equivaleram à inflação do período. Os dados têm como base o Mediador, do Ministério do Trabalho e Previdência.

Há um ano, em janeiro de 2021, apenas 11% dos reajustes incluíram ganho real. E 60,5% tiveram índice inferior ao INPC, usado como referência salarial.

“Em relação à variação real média – equivalente à média dos reajustes após desconto da inflação – os dados de janeiro de 2022 seguem em valor muito próximo ao observado nas duas datas-bases anteriores (em torno de -0,6%) e são idênticos aos apurados em janeiro de 2021”, afirma o Dieese.

Além disso, segundo o levantamento, os reajustes parcelados foram 3,7% do total em janeiro. O resultado é um pouco superior ao de igual mês de 2021 (2,5%), mas tem “recoo significativo em relação ao observado a partir de março de 2021 e, especialmente, no último bimestre do ano passado”. Em dezembro, por exemplo, os parcelamentos representaram 21,9% do total. Em novembro, 28,8%.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 24 de fevereiro.

IPCA-15 é o maior para fevereiro desde 2016 e vai a 10,76% em 12 meses

Trata-se da maior variação para o mês desde 2016 (1,42%). O resultado sinaliza uma aceleração frente a janeiro. No mês passado, a alta havia sido de 0,58%.

A taxa de fevereiro ficou acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço de 0,87%.

Com a entrada do novo dado, o IPCA-15 acumulou alta de 10,76% em 12 meses até fevereiro. A expectativa do mercado era de avanço de 10,63%. O acumulado estava em 10,20% até janeiro.

“É um cenário que continua ruim, com inflação persistente e mais disseminada. O quadro deve continuar assim pelo menos no primeiro trimestre do ano”, avalia o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos.

De acordo com o IBGE, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados no IPCA-15 tiveram alta de preços em fevereiro. A maior variação (5,64%) e o maior impacto (0,32 ponto percentual) vieram do segmento de educação.

Cursos regulares subiram 6,69% com os reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, indicou o IBGE. Foi a maior contribuição dentro de educação (0,28 ponto percentual).

As maiores variações nos cursos vieram do ensino fundamental (8,03%), da pré-escola (7,55%), do ensino médio (7,46%), da creche (6,47%) e do ensino superior (5,90%). Curso técnico e pós-graduação subiram 4,40% e 2,93%, respectivamente.

Na sequência de educação, aparece o grupo alimentação e bebidas, que avançou 1,20%, com impacto de 0,25 ponto percentual no IPCA-15. O segmento acelerou na comparação com o mês anterior (0,97%).

O subgrupo alimentação no domicílio passou de 1,03% em janeiro para 1,49% em fevereiro. Os maiores impactos vieram da cenoura (49,31%), da batata-inglesa (20,15%), do café moído (2,71%), das frutas (1,75%) e das carnes (1,11%). Por outro lado, houve queda nos preços do frango inteiro (-1,97%), do arroz (-1,60%) e do frango em pedaços (-1,31%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 24 de fevereiro.

Erros no PIS 2022: veja o que fazer se não recebeu o abono

Os trabalhadores que têm direito ao abono salarial do PIS/Pasep de até um salário mínimo (R\$ 1.212), mas não entraram na lista de pagamentos de 2022. A empresa de tecnologia Dataprev está fazendo a revisão automática nos cadastros de 1,9 milhão de beneficiários, que podem ter direito ao pagamento, mas não entraram na lista dos habilitados ao abono salarial de 2022 por conta de erro de processamento nos dados dos beneficiários. A consulta com os trabalhadores que receberão o PIS no novo lote será liberada a partir de 16 de março.

Quem preenche os requisitos, mas não foi contemplado pelo pagamento neste ano, também pode conferir se os dados informados estão corretos e reclamar nos canais de atendimento.

É o tipo de erro que levou a Dataprev a reprocessar os dados de 1,9 milhão de trabalhadores. Ao fazer o cruzamento dos cadastros dos trabalhadores, a Dataprev identificou divergências entre as informações declaradas no primeiro vínculo da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e as demais bases oficiais de registros trabalhistas. Agora, com a revisão dos cadastros, a empresa informou que amplia o cruzamento de dados para confirmar a data correta de vínculo do trabalhador.

O beneficiário pode não entrar na lista de habilitados do abono salarial se o empregador não atualizou ou não informou corretamente os dados do trabalhador referentes ao ano-base, como o salário de contribuição, a relação de trabalho e o endereço do empregador.

Para checar se os dados informados estão atualizados e corretos, é necessário acessar o sistema de consulta do trabalhador à Rais e o eSocial.

O Ministério do Trabalho e Previdência recomenda verificar junto ao empregador se as informações do ano-base de 2020 foram prestadas corretamente na Rais, de acordo com decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, ou no eSocial, nos termos do decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 24 de fevereiro.

Governo quer tirar trabalhadores dos fundos de pensão e transferir patrimônio aos bancos

Sob a gestão do banqueiro Paulo Guedes, o Ministério da Economia vem atuando para esvaziar os fundos de pensão fechados, aqueles patrocinados por empresas privadas, estatais e órgãos públicos para seus empregados. O objetivo é facilitar a transferência, para a gestão de bancos e seguradoras, de mais de R\$ 1 trilhão acumulado pelos 290 fundos de pensão fechados existentes.

O negócio é apetitoso. Os bancos cobram uma taxa de administração média de 1,25% ao ano sobre o patrimônio de seus planos de previdência privada, os VGBL e PGBL. A gestão do R\$ 1 trilhão dos fundos fechados lhes renderia R\$ 12,5 bilhões ao ano, a uma taxa de administração de 1,25%.

Dentre as maldades em ebulição, está a possibilidade de os participantes optarem pelos fundos de pensão existentes ou por outros que sejam oferecidos por bancos aos quais as empresas patrocinadoras tenham aderido. Querem abrir a porteira para os bancos entrarem, em prejuízo dos participantes, que não teriam qualquer interferência na gestão de seu patrimônio, da sua aposentadoria e de seus direitos.

O patrocinador público poderia, ainda, levar o plano de previdência de seus funcionários para uma entidade patrocinada por empresa privada, que não seja obrigada a cumprir a paridade de representação nos órgãos de governança com determina a Lei Complementar 108. Neste caso, a empresa patrocinadora teria a maioria do conselho deliberativo e decidiria tudo conforme os seus interesses, podendo inclusive mudar regulamentos, contribuições e os direitos dos participantes à sua revelia.

Hoje, o que garante algum grau de proteção aos participantes é a gestão paritária conquistada a duras penas em fundos como a Previ e Funcef, onde os trabalhadores elegem a metade da diretoria e dos conselhos deliberativo e fiscal. É esta proteção que o atual governo quer destruir, para facilitar a destruição dos planos de previdência e a transferência de centenas de bilhões de reais para a gestão dos bancos.

Não é só o governo que ataca os direitos dos trabalhadores. A proposta de mudança tem origem no IMK (Iniciativas de Mercado de Capitais), autodenominado grupo de estudo composto por representantes do Governo, da Federação Brasileira dos Bancos, da B3 e de outros interessados no rico patrimônio dos trabalhadores. Infelizmente, entidades representativas de fundos de pensão que se mantêm com recursos dos participantes ativos e aposentados também colaboram com esta iniciativa.

Saiba mais em: Rede Brasil Atual, segunda-feira 06 de junho de 2021.